

Subnutrição, onde começam as doenças

As estatísticas oficiais do Ministério da Saúde — 243.836 pessoas morreram nas capitais brasileiras no ano passado, de várias doenças — indicam que o Brasil ainda apresenta uma elevada taxa de mortalidade e que o desafio a ser enfrentado pelo Governo para melhorar a saúde pública e reduzir os índices de mortes e doenças depende, em grande parte, de uma ação isolada do Ministério da Saúde, do INPS ou do próprio Ministério da Previdência e Assistência Social, já que um sistema eficiente de saúde quase nunca antecede a um maior desenvolvimento econômico-social, sendo sempre consequência deste.

Consciente da importância que representa o homem no processo de desenvolvimento, o próprio Presidente Geisel recomendou ao Ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, "uma total proteção social ao homem". Ao nível do Ministério da Saúde, diante de um quadro ainda bastante desanimador, o Governo resolveu somente formular sua política nacional de saúde depois que o Ministério tiver um diagnóstico da situação brasileira, com base nas pesquisas que estão sendo realizadas atualmente sobre os índices de bócio, tracoma, esquistossomose, doença de Chagas e tuberculose. Na execução da política resultante do Sistema Nacional de Saúde, o Ministério considera imprescindível o aumento dos agentes de saúde — os chamados "médicos pés descalços" —, que já vêm atuando há algum tempo nas agrovilas da Transamazônica.

O Ministério chama a atenção para a expansão das doenças, provocadas pelas constantes migrações internas desordenadas, aliadas à falta de um controle sanitário eficiente. A consequência direta dessas migrações, segundo um dos últimos documentos do Ministério, é um aumento de moléstias como a tuberculose pulmonar, as diarreias infecciosas, que matam anualmente mais de 200 mil crianças com menos de cinco anos, o sarampo, a meningite, a difteria, a coqueluche, as doenças venéreas, as doenças respiratórias agudas, entre as quais merecem destaque a gripe e a pneumonia. Isso sem falar na subnutrição, responsável por 69 por cento das mortes ocorridas no País, e o que é mais grave, as mortes provocadas pela subnutrição são em número superior nas capitais, mais do que no interior.

Na Baixada Fluminense,

principalmente em Nova Iguaçu, Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Magé, quase cem por cento das crianças até oito anos de idade possuem verminose e são subnutridas, o que contribui, consideravelmente, para a grande incidência de doenças infecto-contagiosas. A falta de uma rede de saneamento básico e de ensino, e o baixo poder aquisitivo da população, tornam a situação ainda mais delicada. A situação da Baixada Fluminense é semelhante à realidade existente em muitas regiões, principalmente no Norte/Nordeste, onde são mais precárias as condições de saúde.

RECURSOS

Tanto o Ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, como o da Previdência, Nascimento e Silva, e o Presidente do INPS, Reinhold Stephanes, são da opinião de que no Brasil não há falta de recursos para a saúde, mas sim que os recursos existentes "estão sendo jogados pela janela". Segundo o Ministro da Saúde, há o aspecto ainda evidente da preferência dada à medicina curativa, de custos mais elevados e de eficiência restrita.

— Por isso — diz Paulo de Almeida Machado — tudo o que se pretende fazer de agora em diante na área de meu Ministério é colocar em primeiro plano a saúde preventiva, de custo bem menor e que pode ser evidenciada com apenas um exemplo estudado recentemente na Universidade de São Paulo, que calculou que a imunização contra o sarampo de todas as crianças que nascem atualmente no País (3 milhões e 888 mil), economizaria, em assistência médica, cerca de Cr\$ 200 milhões por ano, além de evitar as 16 mil mortes que o sarampo provoca, anualmente, entre as populações menos desprovidas.

Do orçamento total do Governo para 1975 nesse setor, o Ministério da Saúde receberá Cr\$ 1,5 bilhão, enquanto o Ministério da Previdência Social receberá Cr\$ 3,3 bilhões, dos quais cerca de 28% serão aplicados na assistência médica prestada pelo INPS. Atualmente, do total de Cr\$ 56,00 gastos anualmente pelo setor federal com a saúde de cada brasileiro, Cr\$ 30,00 são gastos pelo INPS para curar os males que os Cr\$ 3,00 empregados pelo Ministério da Saúde não conseguem prevenir.